

mulheres pescadoras quilombolas: defesa de políticas públicas de saúde no brasil

***quilombola*¹ fisherwomen: defense of public health policies in brazil**

Rosânia Oliveira do Nascimento (Zane)
Doutoranda em Antropologia Social
Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ)
Rio de Janeiro, RJ
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0190-3714>

Elionice Conceição Sacramento
Articulação das Pescadoras da Bahia (ANP)
Doutoranda em Antropologia Social
Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ)
Rio de Janeiro, RJ
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7392-6160>
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15476302>

Resumo: Este texto explora a relação profunda entre as comunidades tradicionais pesqueiras e *quilombolas* com o seu território, denominado “Território de Terra e Águas”. A partir da vivência dessas populações, especialmente das mulheres pescadoras, conhecimentos tradicionais sobre a maré, a pesca e o manguezal são transmitidos e ressignificados, revelando uma conexão ancestral com o ambiente. A luta por políticas públicas de saúde e a defesa do SUS também são destacadas. O texto evidencia a importância da participação ativa dessas comunidades na formulação de políticas que reconheçam suas especificidades e necessidades, combatendo as iniquidades em saúde e o racismo ambiental. A autodefinida pescadora artesanal *Elionice Conceição Sacramento* emerge como uma

¹ O filósofo martinicano Malcolm Ferdinand (2022) observa que as resistências negras à escravidão colonial na América Latina e no Caribe se manifestaram de várias formas, incluindo palenques, quilombos, mocambos, cumbes, mambises e outras variações. Ele sugere que o foco deveria estar nas semelhanças dessas experiências afrodiáspóricas, em vez de nas diferenças semânticas entre os termos. Por causa disso, manter o termo "quilombolas" em português brasileiro em traduções para o inglês, apesar da literatura traduzi-lo como "comunidades marrons", é um viés político.

figura central, representando a união entre conhecimento acadêmico e saber tradicional na luta por direitos e reconhecimento das populações pesqueiras e quilombolas.

Palavras-chave: (1) Mulheres pescadoras artesanais; (2) Iniquidades em saúde; (3) Comunidades pesqueiras; (4) Direitos socioambientais; (5) Mudanças climáticas.

Abstract: This text explores the deep relationship between fishing and *quilombola* traditional communities with their territory, called “Territory of Land and Waters”. Based on the experience of these populations, especially fisherwomen, traditional knowledge about the tide, fishing and the mangrove forest is transmitted and given new meaning, revealing an ancestral connection with the environment. The fight for public health policies and the defense of the SUS are also highlighted. The text highlights the importance of the active participation of these communities in the formulation of policies that recognize their specificities and needs, combating health inequities and environmental racism. The self-defined artisanal fisherwoman *Elionice Conceição Sacramento* emerges as a central figure, representing the union between academic knowledge and traditional knowledge in the fight for rights and recognition of fishing and quilombola populations.

Keywords: (1) Artisanal fisherwoman; (2) Health inequities; (3) Fishing communities; (4) Socio-environmental rights; (5) Climate change.

Um começo...

Durante a pesquisa de campo de doutorado, realizado junto aos territórios pesqueiros quilombolas no Recôncavo Baiano, em 2024, contei com uma rede de apoio e de interlocução intelectual com *Elionice Conceição Sacramento*, da *Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição* - também conhecido por *Quilombo Conceição*, no município de Salinas, e *Edielso Barbosa dos Santos*, do *Território do Guai*, no município de Maragogipe, ambos situadas no Recôncavo baiano. Entre os meses de junho e julho do referido ano, antes de definir a parceria de pesquisa com um território tradicional em específico, fui convidada por *Elionice Conceição Sacramento*, também conhecida por *Léo* ou *Elionice-Maré*, a participar de algumas atividades do Movimento² em seu território. A partir disso, resolvemos sistematizar algumas reflexões tecidas em coautoria neste ensaio.

No primeiro encontro, na área do *Termo de Autorização de Uso Sustentável* (TAUS), no *Quilombo Conceição*, reuniram-se lideranças e ativistas do Movimento e da Escola das Águas, na maioria mulheres pescadoras quilombolas e juventude pesqueira quilombola, do Baixo Sul, Recôncavo e Baía de Todos os Santos (BTS). No segundo encontro, na sede da *Associação de Pescadores Pescadoras Artesanais e Quilombolas de Conceição de Salinas* (APASC), lideranças e militantes receberam representantes políticas (na maioria mulheres) das comunidades tradicionais pesqueiras de Siribinha e Poças, ambas situadas no município de Conde, no Litoral Norte baiano.

Assim, combinamos de nos encontrar na estação do *ferry-boat* do bairro *Água de Meninos*, em Salvador, na Bahia, para seguir juntas para o *Quilombo Conceição*, situado no município de Salinas, no Recôncavo. A passos cadenciados e bem-marcados, como o movimento das águas, *Elionice Conceição Sacramento* carregava algumas sacolas com alguns medicamentos e mantimentos para a sua mãe, *Maria José Conceição Sacramento*, carinhosamente chamada por *Mãe Zezé*.

Dias antes, *Elionice-Maré* havia participado da agenda de luta do movimento pesqueiro quilombola em Salvador. Na Audiência Pública “Saúde e Racismo Ambiental na Ilha de Maré”, realizada na Assembleia Legislativa da

² Como observado em campo, as pessoas pescadoras quilombolas utilizam o termo “Movimento”, com inicial maiúscula, para se referirem à sua atuação política que transcende as instâncias organizativas de movimentos sociais, entidades, associações, coordenações ou organizações da sociedade civil. É importante ressaltar, em primeiro lugar, que essas mesmas pessoas são as protagonistas da fundação do *Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais* (MPP), da *Articulação Nacional das Pescadoras* (ANP), da *Teia dos Povos e da Escola das Águas* (EA), e continuam a construir e fortalecer essas iniciativas. Em segundo lugar, essa postura reflete a consciência política de que suas lutas não devem ser tuteladas ou institucionalizadas sem o seu protagonismo, participação na tomada de decisões e autonomia.

Bahia (Alba), ocorrida no dia 04 de junho de 2024, ela reforçou as denúncias das iniquidades em saúde provocadas pelo complexo industrial portuário-naval e outros empreendimentos capitalistas instalados na Bahia de Todos os Santos (BTS) e no Recôncavo.

Pedindo *agô*³ às ativistas e mulheres pescadoras quilombolas mais velhas, às entidades afrodiáspóricas e aos encantados indígenas, *Elionice Conceição Sacramento* demonstrou apoio ao território de Ilha de Maré. Ela também destacou o papel central das mulheres, enfatizando que esse grupo tem sido alvo do aumento da violência contra as comunidades quilombolas e comunidades tradicionais pesqueiras.

Como sabido, as audiências públicas são um importante mecanismo de controle social, permitindo que a população e os grupos sociais participem da tomada de decisões governamentais. Nesses espaços, *Elionice Conceição Sacramento* apresenta vasta experiência na defesa de políticas públicas de saúde voltadas para as populações das águas, pois *faz luta* há mais de uma década no controle social em saúde, atuando no Conselho Nacional de Saúde (CNS) e no Grupo da Terra, ambos do Ministério da Saúde (MS). Nessa função, ela tem contribuído ativamente para a formulação e implementação do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), e da Política Nacional de Saúde Integral das Populações das Florestas, do Campo e das Águas.

No capítulo "Saúde ocupacional: o olhar das pescadoras artesanais", *Elionice Conceição Sacramento* e *Maria José Pacheco* (2014) destacam a necessidade de inclusão e participação das mulheres pescadoras artesanais na formulação e implementação de políticas públicas e programas de saúde que abordem a saúde ocupacional e previdenciária, com foco em mulheres negras e quilombolas e sua conexão com seus territórios tradicionais.

As autoras demonstram que o processo de saúde/adoecimento/cuidados está interligado à defesa dos direitos territoriais e socioambientais, pois as populações das águas possuem relações ancestrais, culturais, religiosas, econômicas e simbólicas com os ambientes pesqueiros, incluindo coroas, costeiros, manguezais e rios. Portanto, a defesa de políticas públicas de saúde perpassa pela defesa dos territórios tradicionais, assim sendo, a noção de "saúde integral" acompanha a relação indissociável das pessoas pescadoras quilombolas com seus ambientes e territórios, e não apenas ao bem-estar físico, mental, emocional e social de um indivíduo (SACRAMENTO & PACHECO 2014).

Voltando ao segundo encontro realizado no Quilombo Conceição, saímos cedo da Casa de *Bisa Eliza*, na Rua do Fogo, o mais antigo logradouro da

³ Em iorubá, é pedir licença para movimentos de entrada, passagem ou saída, é saudação de respeito.

Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas. Com ojás⁴ em suas cabeças, Mãe Zezé e Elionice-Maré equilibravam painéis grandes com comidas já preparadas em sua residência para a atividade de uma agenda política que aconteceria na área do *Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS)* com as comunidades tradicionais pesqueiras de *Siribinha e Poças*, como já anunciado.

Acompanhando os passos dessas duas mulheres pescadoras artesanais e quilombolas, verdadeiras intelectuais das águas como tem defendido a própria *Elionice Conceição Sacramento*, segui com algumas sacolas nos meus braços e permaneci atenta às explicações sobre os conhecimentos e vivências do *Território de Terra e Águas* (Sacramento, 2021). Quando chegamos no cais da comunidade, tiramos os nossos chinelos para pisar na maré, nesse momento aproveitei para perguntar se “a maré estava vazando” na tentativa de apreender na prática a explicação científica para tal fenômeno astronômico e climático. *Elionice Conceição Sacramento*, como boa mestra do saber tradicional, me provocou com outra pergunta:

– “*Como é o nome do movimento que a Terra faz todos os dias?*”, respondi assertivamente: “*Rotação*”, mas no fundo senti receio de cometer um erro ao respondê-la, mesmo apresentando formação acadêmica na área de Geografia.

Na sequência, ela reiterou que acontecem dois ciclos de marés por dia por influência gravitacional da Lua e Sol, mas para as populações das águas a “maré” abrange outros significados culturais, políticos e simbólicos. Conhecendo um pouco *Elionice Conceição Sacramento*, a “*Pedagogia da pergunta*”, de Paulo Freire (1985), faz parte da sua postura crítica e de enfrentamento ao extrativismo intelectual do qual os povos e comunidades tradicionais são alvos constantes da Academia. No segundo plano, a sistematização desses conhecimentos ancestrais estão reunidos no seu livro “*Da diáspora negra ao território de terra e águas*” (SACRAMENTO 2021), nele são defendidos três concepções para a maré, conforme abaixo.

Maré como ambiente costeiro e marinho, onde se realizam as atividades diversificadas da cadeia produtiva da pesca/mariscagem e que reúne um conjunto de atividades dentro da própria categoria de pesca. Maré como fenômeno climático que norteia e orienta o nível das águas e que determina o ritmo da produção pesqueira nos espaços de pesca e mariscagem. Maré como estado/condição/circunstância à qual nossas vidas estão submetidas (SACRAMENTO 2021:200).

⁴ O termo *ojá* representa o tecido ou o torço adornado na cabeça. Segundo os fundamentos dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, representa a proteção da cabeça (*orí*).

Em outro trecho do percurso, pedi para fazer um registro fotográfico (Figura 1) e lancei outra pergunta:

– “Mãe Zezé, essa água correndo aqui parece água de rio, né?”, ela respondeu que se tratava do Rio Sujo.

– “Então quando a maré está vazando os costeiros são revelados?”, ela respondeu que sim. Portanto, estávamos naquele instante alcançando o costeiro da Praia Grande.

Instigando a observar o céu, os corpos d’água e a terra, *Elionice* acrescentou que essa observação astronômica e geográfica aliada aos conhecimentos tradicionais sobre a relação imbricada com religião/espiritualidade, cultura e ambiente foram transmitidos pelos seus/suas antepassados/as africanos/as e indígenas. Assim, a produção e reprodução do seu modo de vida pesqueiro e quilombola permite que as mulheres pescadoras e homens pescadores artesanais realizem suas atividades produtivas e econômicas nos ecossistemas marinhos e fluviais. Neles, também ocorrem a sociabilidade desportiva, recreativa e a dimensão litúrgica dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

Figura 1
Mãe Zezé no costeiro da Praia Grande, Quilombo Conceição, BA



Fonte: Autora - Quilombo Conceição, BA - 2024.

Voltando ao livro, *Elionice Conceição Sacramento* (2021) defende a pesca como o ofício mais antigo da humanidade, no entanto, ela nos apresenta a diversidade dessa prática cultural milenar, sendo desenvolvida por meio das técnicas sofisticadas de cavar os mariscos, capturar outras espécies (moluscos, peixes, crustáceos) que ocorrem nos rios, costeiros e manguezais, utilizando as próprias mãos, embarcações e/ou apetrechos.

Para chegarmos à área do TAUS, literalmente adentramos o manguezal (Figura 2) situado ao lado do costeiro da Praia Grande, nele uma diversidade arbórea se mistura rizomaticamente à lama e às águas. Demonstrando profundo conhecimento botânico, Mãe Zezé e *Elionice-Maré* orientaram para observação das dimensões das folhas, caules e sementes para percebermos a presença de tipos diversos da vegetação típica dos manguezais que ocorrem no *Quilombo Conceição*, a saber, o manguê-branco (*Laguncularia racemosa*), o manguê-vermelho (*Rhizophora-mangle*) e o manguê-de-botão (*Conocarpus erectus*). Nesse momento, *Elionice* ressalta a importância de observarmos a reprodução da vegetação, tendo em vista a germinação específica do manguê-vermelho, pois a semente alongada e fina possui uma estrutura morfológica que lhe permite no momento da sua queda enterrar-se facilmente no ambiente lodoso.

Observamos que entre os costeiros da *Praia Grande*, *Pilão Sem Tampa* e *Coroa do Garro* existem muitos mangues em crescimento, assim, na sequência perguntei:

- “Vocês fizeram replantio nessa área?”. Mãe Zezé respondeu prontamente: “Não, só estamos cuidando. Se a gente cuida, a natureza faz o restante”.

A forma como as mulheres pescadoras artesanais demonstram os seus conhecimentos e saberes/fazeres encanta qualquer pessoa pesquisadora, mas a própria *Elionice Conceição Sacramento* chama atenção para a perversidade dessa conotação romântica que disfarça o baixo engajamento em superar as iniquidades raciais no que tange à conquista e garantia dos direitos sociais, incluindo o acesso à saúde, pelo *Sistema Único de Saúde (SUS)*, e aos direitos trabalhistas e previdenciários, conforme abaixo:

Ser uma mulher das águas tem uma conotação romântica, entretanto, ser mulher do manguê tem outras conotações. A lama, muitas vezes, gera asco e afasta as pessoas, pois é vista como um local contaminado e poluído. Comparo o asco que a lama provoca, e na qual as mulheres pescadoras estão imersas cotidianamente, ao asco à burguesia sobre o qual nos falou o poeta Cazuzu. O asco das vísceras dos pescados é outro elemento que nos impõem processos de discriminação. Esse asco não é inerente a nós, mas é usado como justificativa para as

manifestações de preconceitos que nos são impostos (SACRAMENTO 2021:39).

Figura 2
Elionice-Maré e Mãe Zezé adentrando um manguezal



Fonte: Autora - Quilombo Conceição - 2024.

Diante disso, apresentamos a necessidade de refletirmos sobre as desigualdades em saúde presentes no *Território de Terras e Águas*. A professora *Rita Barradas Barata* (2001) afirma que os termos desigualdades e iniquidades são frequentemente utilizados como sinônimos, embora se perceba algumas diferenças entre eles. Ela apresenta uma definição conceitual, baseada nos estudos de *Pedro Luís Castellanos*, para elucidar esses conceitos.

Portanto, as desigualdades sociais em saúde são aquelas diferenças produzidas pela inserção social dos indivíduos e que estão relacionadas com a repartição do poder e da propriedade. Teoricamente, em sociedades nas quais os valores de cooperação e solidariedade fossem dominantes, tais diferenças poderiam ter valor positivo e produtor de saúde, ao passo que, nas sociedades em que predomina a exploração e a dominação, essas diferenças são

necessariamente negativas e produtoras de doença (BARATA 2001:140).

No artigo “Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional”, David Williams e Naomi Priest (2015) evidenciam que as desigualdades resultantes do racismo na área da saúde afetam negativamente populações e grupos étnico-raciais e sociais em diversos contextos nacionais. Assim, os indicadores de saúde revelam desigualdades que privilegiam as pessoas brancas, enquanto populações negras, indígenas, povos ciganos e mulheres pescadoras artesanais sofrem desvantagens e opressão. É fundamental enfatizar que essas desigualdades abrangem desde o acesso a serviços públicos de saúde até a necessidade de formular e implementar políticas públicas para promover a equidade. Essas desigualdades, que podem ser tanto individuais quanto coletivas, podem restringir o acesso de pessoas ou grupos a serviços ou resultar em consequências genéticas (como a doença falciforme) e doenças ligadas a condições socioeconômicas (mortalidade materna, tuberculose, hanseníase).

Desse modo, entendemos que o racismo ambiental perpassa todo o processo de saúde/doença/cuidados, como exemplificado a seguir. Durante o percurso dentro do manguezal, perguntei sobre a poluição do manguezal. Mãe Zezé e Elionice-Maré relataram que o *Quilombo Conceição* está situado em um ponto estratégico na *Baía de Todos os Santos* (BTS). Devido a essa localização geográfica, o território tradicional sofre com a chegada frequente de resíduos sólidos trazidos pelos ventos e correntes marinhas. Elas relatam que não existem políticas públicas, programas ou serviços públicos de limpeza dessas áreas, por isso muitas vezes as forças e ações dos pescadores e pescadoras artesanais se tornam pequenas diante da problemática ambiental e de saúde pública. No período da Maré Vermelha, no início dos anos 2000, grande parte dos pescados perdidos na BTS, por exemplo, se concentraram nos portos dessas comunidades tradicionais pesqueiras.

A transição energética justa e limpa é um dos eixos centrais das lutas das comunidades tradicionais pesqueiras, pois a exploração dos recursos fósseis já demonstrou ser um modelo inviável para a continuidade da existência da sociedade global. Em segundo turno, urge implementar políticas públicas eficazes para coletar e reciclar os resíduos sólidos que são despejados em nossos rios, manguezais, mares e oceanos, a fim de mitigar seus impactos na saúde ambiental e das populações das águas que dependem desses ecossistemas. Assim, os impactos socioambientais são provocados pelos empreendimentos neoextrativistas instalados na *Baía de Todos os Santos* (BTS) e na *Baía do Iguape*, como a implantação da carcinicultura, empreendimentos imobiliários nas faixas litorâneas e o complexo industrial portuário-naval

chamado *Estaleiro Enseada do Paraguaçu*, situado no município de *Maragogipe*, no Recôncavo, que produzem impactos sobre as diversas comunidades tradicionais do entorno, sobretudo, as pesqueiras e quilombolas.

Quando, enfim, chegamos à área do *TAUS*, depois de uns 30 minutos de percurso, encontramos outras mulheres pescadoras artesanais reunidas, onde se realizaria a atividade com as comunidades pesqueiras de *Siribinha* e *Poças*. Ao chegar ao local, perguntei sobre a plantação com aspecto “seco”, elas falaram que recentemente o ciclo das marés foi alterado e, diante disso, em determinados momentos/episódios do ano, as plantações da *Grupo de Produção União MAVE*, uma das beneficiárias do *TAUS*, sofrem com as quedas do roçado. *Elionice-Maré* explicou que os pés de coqueiros resistem à salinidade da alteração do comportamento das marés, mas outras árvores frutíferas como a mangueira, acerola e laranja morrem ou “desandam”.

Elionice-Maré destaca que, em áreas de vegetação de transição, como a encontrada na roça do *Grupo de Produção Familiar União Mave*, espécies resistentes à salinidade, como ariú, araçá-mirim, murici, murta e limão do mato, estão secando como se tivessem sido envenenadas. Essa área é um território em disputa, onde tanto os arranjos capitalistas, quanto a gestão municipal de *Salinas da Margarida*, agem para inviabilizar as atividades produtivas e econômicas tradicionais, a fim de impedir a produção e questionar o uso tradicional da terra.

Durante o trabalho de campo realizado no Quilombo Conceição, a alteração da temperatura das marés e a mortandade de mariscos relacionados às mudanças climáticas veio à tona em nossas conversas cotidianas, *Elionice-Maré* refletiu sobre os impactos provocados nas comunidades pesqueiras e a percepção coletiva elaborada entre o final do ano passado e o início de 2024.

Entre os meses de dezembro a fevereiro, a maré estava muito quente. Especialmente, no período de fevereiro, um pouco antes do carnaval, a gente estava mariscando, tanto a água, quanto a lama e a terra dos costeiros estavam quentes. Às vezes, quando a gente cava, a areia rebate em nossas pernas, estava insuportável receber a areia e a lama em nossas pernas. Então, a quantidade maior de marisco que morreu foi justamente na parte dos costeiros, em que a maré vazava primeiro, logo a terra ficava mais exposta ao sol. A gente entende que tem relação com essa coisa do aquecimento global mesmo. Tenho dito que aos meus quarenta anos, nunca vi morrer marisco desse jeito. E minha mãe fala que nos 70 anos dela, ela também nunca viu (Depoimento de Elionice através de um aplicativo de conversas, 2024).

No período anterior, entre 2020 e 2021, *Elionice Conceição Sacramento* (2021) havia notado também alterações de volume e velocidade no ciclo das

marés e nos ventos de abril. Pensando na sustentabilidade e no respeito à reprodução das espécies marinhas e fluviais, as mulheres pescadoras, quando percebem a mortandade de mariscos, como observado em trabalho de campo nos meses de maio e junho de 2024 realizado no Recôncavo Baiano, diminuem a captura das espécies de mariscos e peixes. Nesse sentido, reunidas nos espaços de beneficiamento e comercialização, que também tem caráter social, cultural e político, elas organizam rodas de conversas e intercâmbios entre as comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas das regiões do Recôncavo, Baixo Sul, Baía de Todos os Santos e Litoral Norte para tecer reflexões que fortalecem a agenda de luta.

No texto de opinião intitulado “*Quem produz a comida que vai para o prato dos brasileiros?*”, Benjamim Vieira Vilela (2023) demonstra que a diversidade de alimentos produzida no campo brasileiro responde pela maior dinâmica do mercado interno, tendo em vista que a produção do agronegócio (larga escala, monocultura, lucro e produtividade) é destinada à exportação. Neste texto, é importante a observação que o autor faz da noção reformulada de “campo brasileiro”, pois hoje se percebe a afirmação de grupos étnico-raciais para além da lógica do tamanho da pequena propriedade (módulos fiscais). Nos próprios estudos acadêmicos e nas políticas de desenvolvimento local vigentes no país, costumava-se pensar a produção de alimentos a partir dos termos clássicos do marxismo: “Terra, trabalho e família”.

A configuração dos direitos territoriais e culturais dos povos e comunidades tradicionais, surgidos após a promulgação da *Constituição Federal de 1988*, são balizados pelas noções indissociáveis entre o território, identidade, povos e ambiente. Voltando para os dados do campo realizado no *Quilombo Conceição*, a maré não pertence exclusivamente a um grupo de famílias, portanto, é um bem comum. A própria dinâmica das águas influencia o regime de trabalho e a sociabilidade das chamadas *Populações das Águas*.

Como insistem na agenda do movimento pesqueiro local, os alimentos são produzidos na terra e na maré, as mulheres pescadoras e homens pescadores artesanais também praticam a agricultura, o extrativismo nas matas e águas (nos rios, lagos, lagoas e açudes igualmente), catam frutas (araçá-mirim, por exemplo), retiram das matas os cipós e palhas que por meio de confecção dão origem aos apetrechos de pesca (balaios e coufos). Em respeito às fases da Lua e orientação dos ventos, aprimoram técnicas e habilidades agrícolas e de pesca em trocas solidárias e trabalho familiar/comunitário. Isto posto, a produção de alimentos perpassa a lógica da produção do sustento em si, possibilitando a perpetuação dos conhecimentos e fundamentos ancestrais que fortalecem as dinâmicas da economia solidária e popular.

Nesse dia em que fomos para a área do *TAUS*, mesmo caindo uma chuva fraca, *Vânia Conceição Sacramento*, filha de *Mãe Zezé* e irmã de *Elionice-Maré*,

e Nicélia, autodenominada “*marisqueira de Ilha de Maré*”, seguiram para a *Coroa do Garro* e voltaram com uma quantidade razoável de *sarnambi*, que seguiu para o cozimento em um fogão a lenha. Depois, reunidas em volta de uma mesa com estrutura metálica, as mulheres pescadoras e eu beneficiamos esse marisco. Esse ato do beneficiamento exemplifica os sentidos da pesca para além da dimensão econômica e produtiva, pois enquanto as mãos habilidosas extraem o substrato do marisco, elas ativam a memória do território ancestral e elaboram suas percepções críticas sobre os efeitos do racismo ambiental, por exemplo.

Nessa atividade, até às 17 horas, reuniram-se sete pescadoras artesanais de *Ilha de Maré* (Dona Dalva, Regina e Nicélia) e do *Quilombo Conceição* (Dona Zezé, Elionice, Vânia e Mira). Em suas interações sociais, culturais e recreativas (risadas, cantorias e brincadeiras), elas refletem conjuntamente sobre as iniquidades em saúde, relatam sobre as dificuldades em se sentirem contempladas quando se pensa nas doenças ocupacionais nos *Territórios de Terra e Águas*. Em suas elaborações sofisticadas, as intelectuais das águas notam que são alvos de violações de direitos, mas não se esquivam da luta política, portanto, são elas as principais defensoras das coletividades específicas.

Mulheres pescadoras artesanais em movimento: disputas e tessituras em prol de políticas públicas

Em outra atividade realizada dias antes em Salvador, capital do estado da Bahia, Elionice Conceição Sacramento nos doou dois exemplares da “*Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCF)*” (BRASIL 2013) e o “*Relatório do II Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta*” (BRASIL 2014). Neste último, ela participou da Mesa de Encerramento com uma fala que radicalizou a importância de incorporar nessa política as chamadas “*populações das águas*”, como se percebe na sequência.

Navegar é preciso, porque viver e lutar são necessários. Somos homens e mulheres das águas. Temos especificidades. Nós recebemos com alegria as propostas desse encontro, ao tempo que solicitamos que essa carta também nos cite porque nós os pescadores e as pescadoras também estávamos aqui (BRASIL 2014:35).

Antes da formulação da *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta* (PNSIPCF), instituída pela Portaria nº 2.866/2011 pelo Ministério da Saúde, a reivindicação de se criar uma política

de saúde específica para atender as coletividades tradicionais teve como marco a criação do *Grupo da Terra*, instituído pela Portaria do Ministério da Saúde nº 2.460/2005 (BRASIL 2013). Pensando na importância da participação e controle social no âmbito do *Sistema Único de Saúde (SUS)*, os movimentos sociais fazem lutas para melhorar o nível de saúde das populações vulnerabilizadas e, ao mesmo tempo, conferem força política aos princípios democráticos do SUS.

Para cumprir e garantir a efetividade do direito à saúde, os movimentos sociais e as/os intelectuais produzidas/os por essas lutas, como é o caso da própria *Elionice Conceição Sacramento*, doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ e UFBA, e de sua irmã, *Vânia Conceição Sacramento*, egressa da Licenciatura em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), incidem fortemente sobre a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas específicas de saúde e de Educação Escolar Quilombola (EEQ).

No texto *“Pesquisa militante”*, Isabella Maio (2023), reflete sobre os questionamentos à sua pesquisa de doutorado, feita por pares acadêmicos devido ao teor político, ela defende que:

... a pesquisa PRECISA ser militante para ter sentido, para ter alma e para transformar a vida das pessoas. A ciência PRECISA caminhar junto com o povo e se posicionar frente à barbárie (MAIO 2023:1).

A partir de reflexões públicas, *Elionice Conceição Sacramento*, por exemplo, afirma-se como militante-pesquisadora ou pesquisadora-pescadora, pois os altos títulos acadêmicos alcançados por ela não apartam seu *corpo-território* do mundo da pesca artesanal. Ao contrário de muitas outras pessoas que, legitimamente, enxergam a obtenção de títulos no caminho da mobilidade social, até aqui, permanecer em seu território tradicional e em atuação permanente no movimento pesqueiro é o que traduz sua relação com as *Águas da Ancestralidade*.

Considerações finais

O percurso pelo *“Território de terra e águas”* revela a complexidade e a riqueza dos conhecimentos, das vivências e das lutas das populações pesqueiras e quilombolas. A relação íntima com o ambiente, expressa na compreensão profunda da maré, da pesca e do manguezal, demonstra a ancestralidade e a sustentabilidade de suas práticas. No entanto, essas comunidades enfrentam desafios como as iniquidades em saúde, o racismo ambiental e os impactos das mudanças climáticas.

A defesa do SUS, e a busca por políticas públicas que reconheçam suas especificidades e necessidades, são fundamentais para a garantia de seus direitos e para a superação das desigualdades. A atuação de mulheres como *Elionice Conceição Sacramento* e *Vânia Conceição Sacramento*, que unem o conhecimento tradicional à pesquisa acadêmica e à militância política, evidencia o protagonismo dessas comunidades na construção de um futuro mais justo e sustentável.

Assim, o “*Território de terra e águas*” não é apenas um espaço físico, mas um espaço de resistência, de saberes e de lutas, onde a ancestralidade se encontra com o presente na defesa de um futuro que respeite a vida, o ambiente e os direitos das populações tradicionais.

Referências

BARATA, Rita Barradas (2001). “Iniquidade e saúde: a determinação social do processo saúde-doença”. *Revista USP*, São Paulo, n.51, p. 138-145, setembro/novembro.

BRASIL (2013). Ministério da Saúde: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política nacional de saúde integral das populações do campo e da floresta*. Brasília-DF: Editora do Ministério da Saúde.

BRASIL (2014). Ministério da Saúde: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Relatório do II encontro nacional de saúde das populações do campo e da floresta*. Brasília-DF: Editora do Ministério da Saúde.

FERDINAND, Malcom. (2022). *Uma ecologia decolonial: Pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora.

FREIRE, Paulo (1985). *Por uma pedagogia da pergunta*. Tradução de Antonio Faundez. 4ª Edição. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra.

MAIO, Isabella (2023). “Pesquisa militante”. In: Saúde-trabalho-ambiente-direitos humanos & movimentos sindical e sociais (Seção Opinião), *Blog MSAT - Multiplicadores de vigilância em saúde do trabalhador*.

Disponível em:

https://www.multiplicadoresdevisat.com/_files/ugd/15557d_431c5c20ecd14b49a59400f63866a592.pdf. Acesso em: 17/06/2024.

SACRAMENTO, Elionice Conceição & PACHECO, Maria José (2014). “Saúde ocupacional o olhar das pescadoras artesanais”. IN: PENA, Paulo Gilvane Lopes & MARTINS, Vera (Orgs). *Sofrimento negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais*. Salvador: EDUFBA:323-332.

SACRAMENTO, Elionice Conceição (2021). *Da diáspora negra ao território de terra e águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, BA*. Curitiba-PR: Appris.

VILELA, Benjamim Pereira (2023). “Quem produz a comida que vai para o prato brasileiro?” In: Saúde-trabalho-ambiente-direitos humanos & movimentos sindical e sociais (Seção Opinião), *Blog MSAT - Multiplicadores de vigilância em saúde do trabalhador*.

Disponível em:

https://www.multiplicadoresdevisat.com/files/ugd/15557d_8a04f26041cf49c18d631ab44ab4c06e.pdf. Acesso em: 17/06/2024.

WILLIAMES, David & PRIEST, Naomi (2015). “Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, n° 40, set/dez:124-174.

Sobre as Autoras

Rosânia Oliveira do Nascimento (Zane) é Doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional (PPGAS/MN/UFRJ). Bacharela em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação em Geografia (licenciatura) pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Atualmente, sua pesquisa de doutoramento versa sobre o campo interdisciplinar da perícia antropológica em contextos quilombolas, tendo ênfase no ativismo das comunidades quilombolas da Bahia na garantia das políticas públicas específicas. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED/MN-UFRJ). No terceiro setor, acumula experiência profissional em projetos ligados ao protagonismo das mulheres agricultoras e seus quintais produtivos na defesa da Agroecologia; direito à cidade na perspectiva de mulheres negras e indígenas; reparação histórica e justiça climática ambiental e social. Idealizou o *podcast Opará*, um projeto de divulgação e popularização da Ciência, no qual enfatiza o ativismo social das comunidades quilombolas. Além da trajetória acadêmica, dedica-se às multilinguagens (colagem digital e *podcasting*) de forma independente e ativista.

Elionice Conceição Sacramento é pescadora quilombola da sexta geração da raça de *Veridiana* e *Filomena* da *Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas*, situada no Recôncavo, Bahia. Atualmente, é doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Formada em Filosofia pela Faculdade Batista Brasileira (FBB), com especialização em Estado e Direito de Povos e Comunidades Tradicionais pela Superintendência de Educação a Distância da Universidade Federal da Bahia SEAD/UFBA e mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais pela MESPT/UnB. Através de sua mobilização e articulação com os movimentos sociais, especialmente o movimento pesqueiro quilombola, ela se transformou em uma das vozes mais importantes na defesa da implementação, no Brasil, do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, do Ministério da Saúde.